

## RESENHA

PRICE, Paul David. **Before the bulldozer**: the nambiquara indians & the World Bank. Washington, Seven Locks Press, 1989.

**Anna Maria Ribeiro F. M. Costa**

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco

Professora do Univag ± Centro Universitário

Pesquisadora da Fundação Nacional do Índio

Para aqueles interessados em estudar o povo indígena Nambiquara, localizado a Oeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia, na Amazônia Legal, o antropólogo norte-americano Paul David Price oferece uma importante produção literária. Seus escritos representam o resultado de pesquisas de campo, de sua atuação junto à política indigenista na Fundação Nacional do Índio, bem como consultor do Banco Mundial na região Nambiquara. Entretanto, para os leitores ávidos por etnografia Nambiquara, *Before the bulldozer* não é a obra indicada para conhecer seus modos de viver. *Nambiquara society*, tese de doutoramento defendida no ano de 1972 no Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, é seu grande estudo sobre os grupos Nambiquara, mas, infelizmente, de difícil acesso.

*Before the bulldozer*, dividida em doze partes e um epílogo, relata a implantação do Projeto Polonoroeste na região Nambiquara, financiado pelo Banco Mundial, que teve como objetivo financiar o asfaltamento da rodovia federal Marechal Rondon, a BR 364, que liga Cuiabá a Porto Velho, perfazendo mil e quinhentos quilômetros de estrada. O Projeto Polonoroeste, muito mais do que um projeto de construção de estrada, consistia em um plano para desenvolver toda a área servida pela estrada. Nele, existiam três objetivos: melhorar os assentamentos existentes, melhorar a infraestrutura física e social e estabelecer novos assentamentos. Preocupado em amenizar os impactos provenientes das populações localizadas às margens da BR 364 que trouxeram empreendimentos agropastoris à região, ocasionou drásticas consequências aos povos nativos, denominados por Price como *minorias étnicas residuais*. O antropólogo relata, de maneira bastante pessoal e emotiva, como os modos de viver dos Nambiquara foram desrespeitados com a anuência das nações industrialmente desenvolvidas.

Pode-se qualificar *Before the bulldozer* como uma cuidadosa caderneta de campo em que o autor narra o seu esforço em defender o povo indígena Nambiquara do impacto causado pela chegada dos empreendimentos agropecuários no oeste mato-grossense. Uma caderneta

**ISSN 1980-7341**

de campo de um antropólogo que descreve, com minúcias, o seu percurso em espaços bastante distintos: o dos índios, de 1967 a 1970, tempo em que permaneceu junto aos diversos grupos Nambiquara, a fim de realizar sua pesquisa no campo na área da antropologia social; o da Fundação Nacional do Índio, na condição de coordenador do Projeto Nambiquara, correspondendo ao período de 1974-1976 e o de Brasília, 1973 a 1974, onde atuou como professor visitante da Universidade de Brasília. As informações concernentes ao Programa Polonoroeste reportam-se à década de 1980, momento em que assumiu uma consultoria junto ao Banco Mundial, órgão financiador do Polonoroeste.

O cenário dessa história acontece nas terras tradicionalmente ocupadas pelos grupos Nambiquara da Chapada dos Parecis, Serra do Norte e Vale do Guaporé, a oeste de Mato Grosso e sul de Rondônia. A temporalidade abrange o período de 1970 e início dos anos 1980. A região Nambiquara afetada pela passagem da BR 364 passou a integrar o Projeto Polonoroeste, financiado com recursos de mais de um bilhão de dólares provenientes do Banco Mundial. Na análise de Price, essa estrada, que corta como uma fenda grande parte de terras indígenas ocupadas não somente pelos Nambiquara, mas também por outros grupos étnicos, privou-os de suas melhores terras e, conseqüentemente, de seu sustento.

A Parte 1 da obra Price aborda três assuntos. Apresenta uma breve etnografia Nambiquara, com dados relacionados ao tipo físico, alimentação, tipos de habitação, rituais e aspectos linguísticos. Também escreve de modo detalhado a sua atuação junto aos grupos Nambiquara, após a implantação de um programa assistencial, abrangendo as áreas de saúde, educação, agricultura, comércio e reconhecimento oficial das terras indígenas. Em relação ao Banco Mundial, Price explica que essa instituição político-financeira decidiu consultá-lo em virtude da construção da rodovia BR 364 que afetaria os índios de uma forma diferente da população não índia circundante. O Banco Mundial, qualificado pelo autor como a maior agência internacional do mundo dedicada à promoção do desenvolvimento, foi fundado no final da II Guerra Mundial. Pretendeu contribuir com a reconstrução dos países da Europa destruídos pela guerra, bem como promover o comércio mundial, que se encontrava debilitado durante a Grande Depressão. Por volta da década de 1950, a reconstrução da Europa havia sido amplamente realizada e o Banco redirecionou seu foco para os países do Terceiro Mundo. O BIRD, como ficou conhecido no Brasil, em 1980, era composto por países 139 membros que repassavam determinado valor ao banco, além de comprometerem-se com uma cota adicional. Nesse âmbito, Price esteve envolvido na avaliação do projeto direcionado aos Nambiquara, realizando uma análise socioeconômica dos benefícios oriundos

**ISSN 1980-7341**

dessa ação. Price, em tom de desabafo, externa sua decepção em relação ao Banco Mundial no que diz respeito aos preceitos estabelecidos, denominando-o como uma instituição imensamente burocrática e “onde as pessoas trapaceavam pelo poder e tomavam decisões que afetavam as vidas de outras pessoas que eles nunca tinham encontrado”.

O cerne da Parte 2 consiste no ingresso de Price na consultoria do Banco Mundial direcionada à pavimentação da BR 364. Externa a sua preocupação que, naquele momento, recaía sobre a grande presença dos não índios na região e, conseqüentemente, no contato desses novos habitantes com os Nambiquara. Em relação às terras a serem demarcadas, ainda faltava aos grupos Nambiquara do Vale do Guaporé um sistema planejado de reservas. Price relata como iniciou o estabelecimento de uma infraestrutura organizacional e como dividiu a área Nambiquara em três distritos, obedecendo a aspectos sociais e geográficos: a sudoeste, o distrito do Campo; o distrito do Vale do Guaporé, a sudoeste; e, ao norte, o distrito da Serra do Norte. Uma área desse distrito havia sido interdita por decreto federal para “atração” dos índios. Esse ato deu-se por conta da percepção da FUNAI, ainda que tardia, de que não seria possível transferir os grupos indígenas do Vale do Guaporé para a Reserva Nambiquara, criada pelo decreto do Presidente Costa e Silva, em 1968, e que pretendia receber a maioria dos grupos Nambiquara, dos dois distritos: Vale do Guaporé e Serra do Norte. Por sua vez, o Banco Mundial, além de considerar um empréstimo para ajudar o Brasil a pavimentar a estrada Cuiabá-Porto Velho, incluiria a pavimentação de estradas vicinais e uma infraestrutura agrícola, abrangendo enorme parte do Mato Grosso e de Rondônia, como medida para desenvolver o potencial agrícola da região. A pavimentação da BR 364, nesse momento, sofreu alteração em seu percurso, passando a atravessar a área mais fértil da região: a área habitada pelos grupos Nambiquara do Vale do Guaporé.

A Parte 3 relata a disputa de poder entre o Ministério do Interior e o Banco Mundial. O Ministério do Interior, temeroso de que os agentes do Banco Mundial ditassem a política indigenista, determinou que a FUNAI realizasse os programas necessários aos índios Nambiquara. O Banco Mundial, por sua vez, não concederia o empréstimo, a menos que os índios fossem assistidos por funcionários contratados pelo ele. Entretanto, a abordagem gira em torno da descrição e dos resultados do Projeto Nambiquara, um programa assistencial que teve o propósito de priorizar o estabelecimento de reservas, a fim de amenizar o choque provocado pelo avanço repentino da sociedade ocidental. A ameaça da subnutrição consistiu em um dos mais urgentes problemas que os Nambiquara enfrentaram, já que sua fonte primária de proteína, a caça de animais, estava ameaçada. A introdução da criação de animal

ISSN 1980-7341

surgiu como alternativa, mas se deparou com obstáculos culturais: as crenças dos Nambiquara sobre animais contradizem com a aprendizagem de criá-los para abate. Tradicionalmente, todos os animais que os Nambiquara conhecem ou são animais selvagens ou animais de estimação e, uma vez criados, transformam-se em membros da sua sociedade.

O Projeto Nambiquara atentou também para a dificuldade que os Nambiquara encontram em negociar com membros da sociedade ocidental. Na cultura Nambiquara, a troca tem uma função completamente diferente, e a compreensão daquele comércio significava colocá-los em considerável desvantagem. O tipo de comércio que desenvolviam não era uma maneira de obter mercadorias em troca de outras, pois poderiam ser adquiridos de outras maneiras. A razão para comercializar não era conseguir um objeto particular, mas solidificar uma afinidade entre os comerciantes. Essa é a função do comércio, pois sinaliza uma maneira de manter laços sociais, principalmente porque pessoas que comercializam não fazem guerra umas com as outras. Na área de saúde, o projeto preocupou-se em introduzir novas práticas e medicamentos, pois seus remédios tradicionais eram ineficientes para combater as novas doenças que chegaram à região. O Projeto Nambiquara, em 1975, com a participação dos missionários do Summer Institute of Linguistics – SIL, instalou, com sucesso, uma escola adaptada à maneira de viver dos índios. Segundo estimativas de Price, em 1980, a maior parte dos índios estaria alfabetizada se a escola não tivesse sido interrompida pela FUNAI que não renovou o contrato com o SIL.

A parte 4 da obra de Price descreve a nova rota da rodovia BR 364, conhecida como “variante”. A estrada passou a atravessar as férteis terras do Vale do Guaporé e sua preocupação em perceber que os indigenistas da FUNAI adotariam uma postura radical em oposição à sua construção, pois afetaria diretamente às vidas de vários grupos Nambiquara, que não tinham quase nenhum contato com a sociedade nacional. A única alternativa seria orientar o Banco Mundial a destinar uma pequena parcela dos seus recursos, implantando um projeto de desenvolvimento comunitário direcionado por um grupo de antropólogos brasileiros. Price, com o intuito de sensibilizar a direção do Banco Mundial, iniciou uma corrente de cartas explicando a situação e pedindo a cada um dos destinatários para escrever duas cartas: uma carta de protesto ao presidente do Banco Mundial e duas cópias da corrente de cartas a serem enviadas aos amigos, a fim de gerar centenas de cartas de protestos para o banco. O conteúdo da carta protesto analisava a política indígena brasileira como de *genocídio*, em virtude da *negligência institucionalizada* implementada pela FUNAI. Além disso, acusou o Banco Mundial, caso permitisse à FUNAI responsabilizar-se pela implantação

ISSN 1980-7341

do Polonoroeste, de tornar possível a aplicação de recursos financeiros volumosos em suas terras seria um acessório para um genocídio de milhares de pessoas consideradas indesejadas, precisamente porque elas são membros de sociedades tribais. Entretanto, a decisão de construir a estrada através do Vale do Guaporé era irreversível e Price mostrou-se confuso porque não sabia como poderia criticar as ações do Banco Mundial e trabalhar para ele ao mesmo tempo. O Banco Mundial, diante disso, declarou sua preocupação com o bem estar dos índios.

Na Parte 5, Price relata sua visita a Washington, como consultor do Banco Mundial, com o propósito de avaliar os resultados do Polonoroeste alcançados no Vale do Guaporé. Com detalhes, descreve as suas atribuições conferidas pelos dirigentes do banco. Sua principal tarefa foi avaliar o Programa da FUNAI para proteger o povo Nambiquara do Vale do Guaporé, atentando para as necessidades prioritárias: terra, meio de subsistência, serviços sociais e produtivos, comunicação entre as aldeias. A viagem ao Brasil incluiu uma viagem a Brasília e a Cuiabá, onde participou de reuniões com os membros da FUNAI e do governo do Estado de Mato Grosso. Os tópicos principais incluíram a situação socioeconômica dos índios, a natureza das atividades do órgão tutor no Vale do Guaporé, além do desenvolvimento no Vale do Guaporé. No Vale do Guaporé, na companhia de outros membros do Banco Mundial, Price comparou as medidas propostas no Programa da FUNAI com a realidade do Nambiquara. Também registrou as visões dos membros locais desse órgão, fazendeiros e do próprio Nambiquara em relação aos impactos provocados pelo novo alinhamento proposto à estrada Cuiabá-Porto Velho. Nesse momento, Price também determinou a natureza e a extensão do desenvolvimento e devastação que acontecia no Vale, a adequação da reserva indígena, sua demarcação, a saúde e o estado nutricional do povo Nambiquara. Após uma visita de campo, retornou a Brasília para apresentar suas descobertas e recomendações para o governo brasileiro e, em seguida, escreveu o relatório total da missão, detalhando suas descobertas e recomendações. Enquanto isso, o órgão tutor tentava criar uma minúscula reserva para cada aldeia Nambiquara, deixando-os isolados em “pequenas ilhas”, contrariando a proposta de Price em reservar uma *área continental*, incluindo todas as aldeias.

A parte 6 retrata o percurso de Price em Brasília, do escritório do Banco Mundial à direção da FUNAI, discutindo a questão da demarcação das terras para o Nambiquara. A demarcação da Reserva Nambiquara, decretada em 1968, havia sido suspensa e no Vale do Guaporé, quatro pequenas áreas foram demarcadas, embora não ainda registradas no Serviço de Recursos Nacionais. Na ponta sul do referido vale, onde uma área de 300.000 hectares

ISSN 1980-7341

estava interditada desde 1974, uma região com cerca de 17 mil hectares continuava interditada, embora uma parte maior de terras tivesse sido delimitada. Na ponta norte do Vale, outra reserva tinha sido delimitada. Um plano foi desenvolvido por antropólogos da FUNAI para criar uma reserva única no Vale do Guaporé, ao invés de uma separada para cada aldeia. A reserva proposta ficou conhecida como o “elefante”, por uma semelhança entre seu tamanho e o animal. Nesse momento, uma campanha para a defesa do Nambiquara estabeleceu-se para impedir a construção da estrada através do Vale do Guaporé. Enquanto isso o órgão tutelar criava uma infraestrutura assistencial aos índios (postos indígenas, enfermarias e escolas), além de determinar o número de pessoal efetivo para cada um dos postos indígenas e demitia a maioria de seus funcionários comprometidos com a causa indígena.

*Before the bulldozer*, na Parte 7, traz um relato extremamente exaustivo sobre o seu esforço em levar a Brasília um indigenista que trabalhava com os Nambiquara do Vale do Guaporé, a fim de participar de reuniões importantes que tratariam da questão da demarcação das terras para os Nambiquara do Vale do Guaporé. Price descreve sua viagem a Cuiabá, onde estaria com o chefe da FUNAI para tratar da questão do impedimento da viagem do indigenista a Brasília e no escritório do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER para uma reunião que discutiria o planejamento da rota da variante da BR 364. O DNER justificou que havia estabelecido a nova rota da estrada, de acordo com as exigências da engenharia civil, e que não atentou para os interesses dos fazendeiros que queriam a variante em benefícios próprios e que, até mesmo evitou interferir nas áreas indígenas. A estrada passaria entre as áreas dos grupos Nambiquara denominados Alantesu e Wasusu. Ao término da reunião, o representante do DNER contou a Price que compreendia que a estrada poderia ter uma atração fatal para os índios e que a floresta já havia sido desmatada em 60% do curso da “variante”.

A Parte 8 da obra refere-se à permanência de Price e de outros membros do Banco Mundial no Vale do Guaporé, a fim de averiguarem a situação dos grupos Nambiquara. Primeiramente, apresenta um breve relato histórico sobre os primeiros colonizadores a chegarem à área, em 1730, na Serra de São Vicente, entre os rios Galera e Sararé, para a extração do ouro. Após descrever a viagem até à aldeia e seu encontro com os índios, indica como trabalhou com os índios do rio Sararé na elaboração de um projeto cartográfico, nomeando os rios, outros acidentes geográficos e aldeias em língua Nambiquara, além de identificar as áreas que o grupo tradicionalmente ocupou.

<sup>1</sup> A psicossociologia nasceu como ciência na França. É um ramo da psicologia social de inspiração psicanalítica que, quando aplicada no cotidiano de organizações ou comunidades procura analisar contextos psíquicos, sociais ou políticas dos quais indivíduos ou grupos façam parte, tais como: movimentos sociais em organizações ou instituições, políticas públicas ou projetos socioeconômicos. A partir da análise, procura, através de ações transformadoras intervir nas relações institucionais, comunitárias e interpessoais. (Informe ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2002)